



GESTÃO SOCIAL E CIDADANIA: A RENDA E A PARTICIPAÇÃO DO CIDADÃO¹

SOCIAL MANAGEMENT AND CITIZENSHIP: INCOME AND CITIZEN PARTICIPATION

Enio Waldir da Silva², Eilamaria Libardoni Vieira³, Ivo Ney Kuhn⁴, Sandra Regina Albarello⁵, Márcia Formentini⁶, Sérgio Luís Allebrandt⁷

¹Projeto Institucional de Extensão Universitária - GESTÃO SOCIAL E CIDADANIA - 2022/2023 /UNIJUI. Modalidade Extensão Universitária. Área do CNPQ: Serviços Urbanos e Regionais

²Doutor em Sociologia e Professor da área de Ciências Sociais. Atuação no Mestrado em Direitos Humanos e Extensionista do projeto GSC.

³Doutora em Desenvolvimento Regional. Professora, Pesquisadora e Extensionista do Projeto GSC.

⁴Mestre em Administração, Professor e Extensionista do projeto GSC.

⁵Mestre em Administração de Empresas. Professora, Pesquisadora e Extensionista. Coordenadora Geral do Projeto GSC.

⁶Mestre em Desenvolvimento, Gestão e Cidadania. Professora, Pesquisadora e Extensionista do GSC

⁷Doutor em Desenvolvimento Regional, Professor, Pesquisador e Extensionista do GSC.

RESUMO

A complexidade da sociedade contemporânea exige de atores e agentes sociais novas formas de comprometimento de participação na gestão dos poderes públicos envolvidos nas atividades geradoras de trabalho e renda para todos. Este resultado é uma das melhores estratégias de controle e de desenvolvimento social local e global. No entanto, estamos com muitas carências destes debates nos canais comunicativos e nos debates públicos em geral. O Projeto Gestão Social e Cidadania desenvolve ações junto a comunidade do Parque da Pedreira na cidade de Ijuí/RS e enfoca o problema da gestão social aplicada a territórios abertos de cidadania e de vulnerabilidades, estimulando o debate de poderes públicos, comunidade universitária e setores sociais específicos. Este artigo vai destacar os fundamentos básicos que leva a universidade a se sentir responsabilizada a protagonizar diálogos motivadores, e, devido às situações de urgência da comunidade em foco, promover ações de inclusão que vai desde a formação, transferência de conhecimentos e tecnologias, geração de renda e trabalho, mobilização participativa dos atores sociais, agentes dos poderes públicos, grupos organizados, cooperativas e apoiadores em geral, na busca da qualidade de vida. Além de efeitos de inclusão social, as atividades do projeto contribuem para atender propósitos da extensão universitária, ou seja, de ampliar os conhecimentos científicos na universidade, envolvendo acadêmicos e pesquisadores, ao mesmo tempo, procura integrar outros projetos de ação comunitária na responsabilidade social da instituição, não só pela formação cidadã dos estudantes da graduação e pós-graduação, mas também por ações planejadas e/ou voluntárias.

//

Palavras-chave: Projeto de Extensão. Gestão Social e Cidadania. Renda. Participação Social.



ABSTRACT

The complexity of contemporary society requires new forms of commitment to participate in the management of public authorities involved in activities that generate work and income for all. This result is one of the best local and global social development and control strategies. However, we are in great need of these debates in the communicative channels and in public debates in general. The Social Management and Citizenship Project develops actions with the community of Parque da Pedreira in the city of Ijuí/RS and focuses on the problem of social management applied to open territories of citizenship and vulnerabilities, stimulating the debate of public authorities, the university community and specific social sectors. This article will highlight the basic foundations that lead the university to feel responsible to lead motivational dialogues, and, due to the urgent situations of the community in focus, promote inclusion actions ranging from training, knowledge transfer and technologies, income generation and work, participatory mobilization of social actors, agents of public authorities, groups, cooperatives and supporters in general, in the search for quality of life. In addition to social inclusion effects, the activities of the project contribute to meet the purposes of university extension, that is, to expand scientific knowledge at the university, involving academics and researchers, at the same time, seeks to integrate other projects of community action in the social responsibility of the institution, not only by the citizen education of undergraduate and graduate students, but also by planned and/or voluntary actions

Keywords: Extension project. Social Management and Citizenship. Income. Social Participation.

INTRODUÇÃO

Sabemos que a universidade está sempre desafiada a articular-se com a sociedade em seu entorno, não só porque os problemas sociais lhe afetam em seus objetivos fáticos como também porque sua essência de produtora de conhecimentos exige que estes sejam pertinentes, emergentes e promotores da vida social e de cidadania. Inserido neste processo, o projeto Gestão Social e Cidadania procura ampliar estes laços entre sociedade e universidade, focando em agentes (indivíduos dedicados as atividades de poderes públicos), e atores sociais (pessoas da sociedade civil, comunidade organizadas ou não). Ações de extensão buscam o retorno múltiplo de saberes interativos, e têm-se a intenção de contemplar os estudos da gestão social e da cidadania ativa destes novos tempos, principalmente os significados, sempre em construção, da aplicação da gestão social na qualificação das situações de vida de populações em vulnerabilidade social e sua inserção na perspectiva de desenvolvimento social, político, econômico e cultural.



O projeto insere-se na articulação do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional com outros programas e grupos de pesquisa, em especial o GPDeC (Grupo Interdisciplinar de Estudos em Gestão e Políticas Públicas, Desenvolvimento, Comunicação e Cidadania). Por ter caráter interdisciplinar, envolve-se com muitas temáticas desde a cidadania, sociedade civil, poder público, participação, gestão pública, segurança e soberania alimentar, qualidade de vida, advocacy e accountability, etc, configurando as implicações das compreensões da gestão social na promoção da socialização de soluções de problemas sociais, da geração de políticas públicas, fortalecimento do empreendedorismo, motivação de geração de tecnologias sociais e outras ações dialógicas empoderadoras de sujeitos.

O projeto conta com atores de várias áreas científicas da universidade com destaque da Administração, Contabilidade, Nutrição, Sociólogos, Gestão Pública, Direito e que se dedicam a administração de pequenos e médios empreendimentos, nutrição humana, contabilidade de entidades sem fins lucrativos, administração financeira, comunicação social, meio ambiente e sustentabilidade, urbanismo e planejamento urbano, gestão social e gestão pública, gestão e inovação tecnológica, e transferência de tecnologias sociais, e atores da sociedade com seus diferentes interesses e potencialidades.

As ações do projeto, nos últimos anos, se realizam no Parque da Pedreira e nos dois bairros do entorno. Ali há muitas atividades planejadas pela universidade, tanto em projetos de extensão, como em pesquisas, práticas dos Projetos Integradores (P.I.) dos diferentes cursos de graduação, estágios, dissertações e teses dos Programas de Pós-Graduação Lato e Stricto Sensu. No nosso caso, são as necessidades da comunidade do entorno do Parque que as Metas do projeto se dedicam, implicando em ser um projeto educativo, sistematizador de saberes da realidade social.

Este artigo pretende mostrar que a universidade vem contribuindo com a população local na motivação dos atores sociais para participação na organização comunitária, na qualificação para o trabalho e na geração de renda. Com isso, a instituição já cumpre suas metas implícitas de instituição legitimada na sociedade. Também destacamos as ações planejadas e as demandas diagnosticadas pelas ações do projeto e as possibilidades concretas de se ampliar a interação da universidade com a sociedade.



METODOLOGIA

O projeto de extensão atua junto à comunidade especialmente com o desenvolvimento de atividades de formação no sentido de promover cidadania, trabalho e inclusão social com base nos princípios e valores da solidariedade e participação social, sempre de forma interdisciplinar e interdepartamental. Esta atuação se baseia nos fundamentos das metodologias ação-participante, estudo de caso e método intervencionista de aplicação dialógica de conhecimentos.

As informações produzidas no âmbito do projeto são obtidas, organizadas, analisadas, consolidadas, armazenadas e disponibilizadas aos participantes do projeto e à comunidade em geral, sendo que um dos propósitos da equipe é a sistematização e socialização dos resultados, com a elaboração de relatórios, artigos, capítulos e livros e a participação em eventos.

RENDA E PARTICIPAÇÃO COMO RESULTADOS DA GESTÃO SOCIAL

As noções modernas de justiça social defendem que um sistema social deve maximizar oportunidades e melhorar as condições mínimas de vida oferecidas, além de garantir direitos iguais a todos. Esta noção liberal é avançada diante das condições de vida que vivem a maioria das pessoas no mundo. Desta perspectiva nasce a ideia de se manter a renda mínima para indivíduos sem lugares sociais para trabalhar e satisfazer o mínimo existencial. Esta compreensão muda com o neoliberalismo que disputa os fundos públicos que era para a cidadania.

São os níveis de produção, de renda e de capacidade de consumo os índices que medem, em geral, o desenvolvimento econômico de uma sociedade, considerando como estes aspectos são distribuídos em diferentes camadas sociais. Esta noção caminha em direção a compreensão que é a renda a base das boas condições de vida em uma comunidade. Todos reconhecem, também, que é pelo trabalho que deve ser gerado esta renda, pois esta vem acompanhada de sentidos, como: de proporcionar ocupação para as pessoas, de oportunidade de ganhos, de qualificação profissional, de associação e cooperação, além de contribuir para abrir perspectivas de vida, da autoestima e amplia as potencialidades solidárias das pessoas.

Estas compreensões são fundamentais quando se fala da economia popular que procuram remover os obstáculos aos potenciais que possuem para se organizar, trabalhar e viver coletivamente. Além disso, trabalho e renda permitem dar sentido a uma sociedade democrática



que coloca a questão de sua transformação, sem, necessariamente, tomar o poder, uma vez que se trata de diluir este empoderamento entre cidadãos. Ou seja, trata-se de tornar o poder compartilhado, as vivências e convivências livres e responsáveis, mentes ativas e motivadas a participar coletivamente das decisões sobre os interesses comuns, participar da implantação do que foi decidido e participar da avaliação de resultados de tudo que possa ser replicado ativamente na coletividade.

Para se chegar a estas condições é preciso que as iniciativas sejam fortalecidas por apoios diretos e significativos dos poderes públicos e da sociedade civil organizada. Estes apoios vão ao encontro da luta por políticas públicas tendo as necessidades locais como fonte da efetiva democracia, como diz Boaventura de Sousa Santos (2002; p. 330).

As experiências democráticas locais podem virar redes de resistência dos ansiosos. Os líderes políticos estavam aprisionados a compromissos com a elite que quer dinheiro fácil...O Estado fica a mercê do mercado resolvendo suas crises e com isso endividando-se, e não conseguindo firmar um mercado consumidor de fato dos produtos necessários a população... Estas alternativas de produção e renda não são apenas econômicas: o seu potencial emancipatório e suas perspectivas de êxito dependem, em boa medida, da integração que consigam entre processos de transformação econômica e processos culturais, sociais e políticos. O êxito das alternativas de produção depende de sua inserção em redes de colaboração e de apoio mútuo, onde as ansiedades individuais convergem para as universais traçando mapas para emergir soluções alternativas (já que a diminuição das ansiedades individuais só é possível com a diminuição da ansiedade de todos).

Isso quer dizer que já é tempo de agregar esforços emancipatórios das comunidades em vulnerabilidade social ou de comunidades populares que buscam coletivamente, trabalho, renda e vida digna sustentável que consolide novas racionalidades, que considere as vivências coletivas pacíficas, e o trabalho como fonte de ética e vida individual.

Não se trata mais de uma economia de filantropia, doação ou caridade, mas uma agregação de sentidos a um valor compartilhado dos significados de vida digna trazidas pelo trabalho digno e a renda digna. Ou seja, para estar no poder compartilhado (decisório, de implantação ou de avaliação) é preciso ter concepções compartilhadas, o que demanda trabalhar a cultura de sociedades solidárias.

Temos algumas concepções de desenvolvimento regional, por exemplo, demarcadas na própria constituição de 1988, que naquela data já expressava a necessidade de reduzir as desigualdades econômicas e sociais de diferentes regiões do Brasil. O PNDR – Política Nacional de Desenvolvimento Regional - de 2007 perseguia o chamado desenvolvimento territorial focando na desconcentração e na consolidação de uma rede policêntrica de cidades.



Além de apostar em investimentos em energias, infraestrutura rodoviária, zonas francas, corredores de desenvolvimento para as regiões periféricas era preciso um olhar mais acurado para os micros locais onde a vida das minorias e vulneráveis se desenrolavam.

Um freio à disparada do aumento da desigualdade e acumulação de riquezas em poucas mãos começa com a discussão sobre Renda Mínima de Cidadania nos meios políticos e nas iniciativas de políticas públicas. Houve melhoramento da qualidade de vida de muitos cidadãos a partir do programa Bolsa Família, pois engendrou uma distribuição de renda importante, mas ainda ficou distante de ações governamentais estruturantes e perenes que sejam capazes de projetar a justiça social de renda de forma mais ampla. Falta políticas estatais que contemplem as questões essenciais e substantivas para boas condições das vivências sociais. Os ideários contemporâneos de justiça social encontram na Renda Básica de Cidadania, com base na sua perspectiva de renda incondicional e universal e diante dos resultados apresentados nas experiências realizadas, um potencial de progresso².

Trata-se da universalização de medidas para complementar a economia popular baseada em atividades ancoradas na geração de recursos destinados a prover meios de vida e na utilização de recursos humanos próprios, agregando unidades de trabalho onde convivem tanto atividades realizadas de forma individual ou familiar como modelos associativos, formalizados ou não. Ou seja, é uma economia não baseada no pressuposto de acumulação infinita e individual de capital e sim na realização de um ideal de mercado onde todos possam ofertar e todos possam satisfazer suas demandas.

As diversas dimensões da vida social da nossa era trazem possibilidades objetivas de repensar, reinventar e reposicionar as ideias de futuro das formas de vida. Isso está além da consciência utópica de porvir e se traduz em mudanças societárias necessárias que começam pelo local, sem afetar negativamente a ordem social, ambiental, cultural, econômica e política.

É nessa representação discursiva que se insere a compreensão da equipe do projeto GSC do conceito de sustentabilidade adequada à compreensão de que a vida pode ser digna, pode ser justa e solidária, aqui e agora, assim como no amanhã. A presença constante do discurso de desenvolvimento social sustentável nos sujeitos envolvidos na dialógica compreensiva das teorias sociais faz com este seja entendido em cinco (5) dimensões:

² SILVA, E.W e ZANINI, D. Conhecimento e Renda como Direitos Humanos. Ijuí/RS: Unijuí, 2020.



a) Social - A sustentabilidade com o foco no social relaciona-se, em primeira mão, ao entendimento da solidariedade que promove a vida familiar, as conexões afetivas das pessoas que vivem próximas e ao mesmo tempo é preciso manter e fortalecer os laços sociais, as relações sociais que garantem e protegem as convivências humanas na comunidade, no trabalho, na escola... Trata-se de tornar os sujeitos fortes para terem autonomia e civismo responsáveis pela organização social pacífica e agregadora dos grupos humanos. A pessoa tem que se sentir incluída e reconhecida na vida social e na sociedade em que vive. Trata-se de construir novas concepções de coesão social, no sentido de fortalecimento de redes de confiança, de respeitabilidade das diferenças e das igualdades, de convivência nos cotidianos das famílias, dos grupos, das associações, etc. Ou seja, saber viver juntos iguais e diferentes (TOURAINÉ, 1998).

b) Cultural - A sustentabilidade no sentido cultural agrega os esforços educativos em se criar uma nova cultura que respeite a diversidade, promova e fortaleça a aprendizagem pertinente e a educação emancipadora nos diversos espaços sociais. Tornar a escola uma verdadeira fotossíntese da boa civilização enraizada na cultura da solidariedade, da igualdade e da liberdade, no sentido de que estes conceitos sejam chaves para combater a mera lógica de acumulação. Trata-se de socializar a cognicidade existente e emergente, criando espaços para diálogos de entendimentos orientadores de decisões para ações coletivas (HABERMAS, 1995; FRANTZ, 2008).

c) Econômica - A dimensão econômica da sustentabilidade trata de implementar, de fato, o princípio da produção igual, distribuição igual. Ou seja, uma sustentabilidade que inclua todos no trabalho digno e na renda digna. Nem tanto emprego, mas garantia de trabalho e renda. A perspectiva de renda mínima de cidadania se faz concretude para uma liberdade substantiva que permita o básico, o mínimo motivador de busca da qualidade de vida e o combate à pobreza (SEN, 2000).

d) Política - A sustentabilidade política envolve as propostas de autogestão, gestão social, cooperativismo, cidadania participativa e a diversidade de formas democráticas, a exemplo da *Demodiversidade* de Boaventura de Sousa Santos (2002.) Aqui, trata-se de fortalecer a autonomia dos grupos locais no processo de gestão da experiência: fortalecer a participação das pessoas; buscar ações de políticas públicas; formar redes de ancoragem com



parceiros francos; gerenciar as diferenças em hierarquias apenas funcionais e não privilegiadas (SOUSA SANTOS, 2002).

e) Ambiental - A sustentabilidade no sentido ambiental é a mais recorrida no pensamento alternativo das teorias sociais e se concentra nas principais ideias e concepções de criar uma ética universal dos indivíduos sobre sua relação com a terra, ar, água e energia. Como posso envenenar e tratar mal, poluir e destruir a terra, a água, o ar e a energia de onde tudo vem para manter a minha vida? Não adianta falar em proteção dos animais, das florestas, das flores se isto tudo vem da terra. Então, trata-se de recuperar para equilibrar o sentido da vida deste ser cognitivo importante nesta cadeia ambiental, o homem, para que ele reconheça as outras vidas como parte do universo de suas necessidades.

Estas teorizações fundamentam o Projeto Gestão Social e Cidadania e se agregam na compreensão de seus atores na busca da concretização dos direitos humanos, o que está diretamente ligada à ideia de sustentabilidade. Vê-se isto já nos princípios constitucionais que o apontam como valor fundamental, e apelam direta e imediatamente para a responsabilidade do Estado e da sociedade civil na realização do desenvolvimento para todos e no acesso ao direito ao bem-estar de todos os indivíduos.

Não se trata apenas de criar riquezas a partir dos pobres para os pobres, ou de não sermos mais o “irmão pobre da grande economia”. Trata-se, também, de criar, a partir de atividades coletivas e solidárias, trabalho e renda para quem deseja e, principalmente, para os indivíduos munidos de diferentes vulnerabilidades. Nesta concepção, o trabalho e a renda geram motivações racionais para a inclusão de indivíduos na evolução civilizacional e agregam esforços em se lutar pela emancipação social. Além disso, fortalece os aspectos educativos formais e informais e criam culturas de respeito mútuo pela dignidade da vida, princípio fundamental dos direitos humanos e do desenvolvimento, capazes de superar os entraves à realização das potencialidades comunitárias³.

AS POSSIBILIDADES OBJETIVAS DA GESTÃO SOCIAL DIANTE DAS DEMANDAS LOCAIS

³ Silva, E. W. da. (2020). Direitos Humanos e democracia econômica: a essência da economia solidária. *Revista De Direito*, 12(01), 01-20. <https://doi.org/10.32361/202012016304>



O que é possível fazer diante do contexto político, econômico, social e ambiental que carece de espaços de diálogo e de socialização de conhecimentos? Estas esferas públicas em que se pratica a gestão social devem conseguir aproximar novamente as pessoas da política, pois é por meio da gestão social que as pessoas privadas se encontram em espaços públicos a fim de deliberar sobre suas necessidades e futuro (CANÇADO, 2011).

Allebrandt (2012) observa que, dos grandes segmentos: Estado, mercado e sociedade civil está difícil de aparecer alternativas de forma articulada que conduzam ao desenvolvimento sustentável, com equidade, liberdade e cidadania plena. Diante disso, as comunidades precisam entender e garantir que tenham potencial para serem protagonistas de propostas desafiantes de desenvolvimento. Por outro lado, se temos diferentes arranjos institucionais que atuam na esfera pública, com suas regras, critérios, instâncias e espaços construídos pelos participantes, é preciso que de fato as comunidades assumam um determinado desenho que confere operacionalidade ao processo da gestão social e do controle social, mas, mais que isso, também modifiquem padrões políticos, econômicos e sociais, isto é, transformam o quadro mais amplo da cultura e das relações sociais (ALLEBRANDT, 2010; ALLEBRANDT, CANÇADO E MUELLER, 2018).

O projeto Gestão Social e Cidadania tem como tema central a gestão social com o propósito de estimular o debate de forma participativa, oportunizando aos atores envolvidos decidir sobre as políticas necessárias às comunidades e ao desenvolvimento local e regional. As ações do projeto procuram estimular o empoderamento da sociedade, por meio da transferência, comunicação e socialização de conhecimentos, para a definição de políticas públicas, para a inclusão social, para a geração de trabalho e renda, saúde e qualidade de vida dos cidadãos envolvidos com o projeto. Por outro lado, sabe-se que o poder público como parceiro, muitas vezes se faz presente com outros objetivos e limitados a determinações burocráticas legais que não prioriza locais estratégicos.

Na atual sociedade complexa e dinâmica, a crise econômica mundial e a fiscal brasileira em especial, aliadas à opção de reforma estrutural por ajustes fiscais e a fixação de teto constitucional para as despesas com políticas sociais, fazem com que a tímida melhoria das últimas décadas ocorridas na qualidade de vida da população brasileira desapareça rapidamente, aceleradas pela pandemia, ampliando novamente o contingente de famílias que vivem abaixo da linha da pobreza e extrema pobreza.



Ijuí, que é um município com alto índice de desenvolvimento socioeconômico (apresenta o terceiro mais alto IDESE entre os municípios gaúchos com mais de 50 mil habitantes), 8.204 famílias estão inseridas no Cadastro Único do Município, 4.784 delas com renda média de até meio salário-mínimo. Ainda assim, só 2.053 dessas famílias (6% da população) são beneficiárias do Programa Bolsa Família, recebendo um benefício médio por família de R\$139,45 (dados de 2020). Há carência na estruturação e manutenção de canais alternativos de publicização, necessários ao empoderamento dos atores e agentes que podem contribuir para qualificar políticas de inclusão e efetivar a cidadania e o bem viver de grupos marginalizados, qualificando o desenvolvimento socioeconômico e cultural local e regional

O projeto Gestão Social e Cidadania delimita sua atuação às famílias, em situação de vulnerabilidade social, que residem nos 80 apartamentos, 24 casas localizadas na Rua 21 de abril, e as 16 casas situadas no final da Rua 14 de julho, sendo esses apartamentos e casas localizadas no entorno do Parque da Pedreira; e também as 20 famílias do aluguel social que aguardam a construção das demais residências no condomínio Parque da Pedreira. Há previsão de construção de mais 50 unidades habitacionais no local.

Atualmente, os integrantes do projeto desenvolvem com o apoio da gestão do parque da pedreira um diagnóstico socioeconômico com a perspectiva de buscar conhecer as reais necessidades da comunidade, as condições de saúde, educação, moradia, trabalho e renda das famílias, para a partir dos dados levantados, estabelecer em conjunto com o poder público, a comunidade, e as entidades que compõem o Grupo Gestor do Parque as alternativas para atender essas necessidades.

Os dados iniciais coletados nas ações de diagnóstico (2019/2020) permitem se ter uma visão da necessidade de participação social, saúde, trabalho e renda, qualificação, segurança, cuidados pessoais, afastamento de crianças e jovens das drogas, educação ambiental, esporte, lazer e cultura, necessidades essas que o projeto procura atender.

Dados qualitativos indicam que a maioria da população é natural de Ijuí e já eram moradores ali antes da construção do Parque. A maioria dos que concordaram em participar do diagnóstico eram mulheres, com idade entre 31 a 40 anos, indicando que estas se encontravam em suas residências por não estarem naquele momento trabalhando. O fato da maioria das respondentes que residem em apartamento, se dizerem solteiras (43%) mostra que o fato de



morarem no local ainda não lhes assegura uma qualidade de vida em grupo, preferindo satisfazer suas necessidades com menos esforços.

Diferente já são os dados de quem declarou que morava nas unidades habitacionais ali construídas, pois 49,9% residem juntamente com mais de 3 pessoas. Do total de moradias, em torno de 60% possuem crianças com menos de 6 e até 12 anos em suas casas, além das pessoas com mais de 18 anos e com mais de 60 anos (38%). Isto pode indicar demanda por creches, escolas e atividades específicas para as crianças para que as mães possam trabalhar.

Interessante é que os respondentes dizem que são as atividades de esporte e de biblioteca as principais necessidades para manter as crianças em atividade no parque, fora dos turnos em que estão nas escolas. Poucos falam em complementação de formação. Eles acreditam que a escola é suficiente para o ensino e que as crianças e jovens precisam de atividade culturais e lazer para estarem bem. Indicações para capacitação que demandam são para os adultos que residem no local. Ações específicas são feitas atualmente com as crianças (hortas, recreação, esportes, teatros, uso da internet, etc) em horários de contra-turno da escola.

Há alguns avanços contra o patriarcalismo doméstico quando dizem que as tarefas da casa envolvem a todos os membros, assim como afirmam também que todos devem se envolver no sustento da unidade familiar (90%). Os gastos com alimentos envolvem quase a totalidade da renda, mas ainda tem a água, luz, com gastos mensais fixos, além do gás de cozinha, transporte, com moradia, telefone, combustível, saúde e higiene.

No parque da Pedreira 84% das pessoas possuem moradia própria, indicando que eles fizeram parte do programa de moradia do assentamento das famílias que ali moravam antes da construção das instalações do parque de cultura e lazer. Registram que estão contentes com o novo local de moradia, e destacam que a maioria das residências possui internet, embora poucos saibam usar (40%).

Sobre a renda, observa-se que 20% são aposentados, em torno de 40% não possuem trabalho formal e que apenas 30% trabalham com carteira assinada. Aqui se concentram as maiores demandas, pois compreende-se que a renda é que garante a qualidade de vida e as boas convivências humanas. Fica difícil entender de onde vem o sustento familiar, sendo que muitos não declaram isso, preferindo esconder as más condições de vida ou as maneiras informais de obter renda. É expressivo o número de famílias que afirmam que há a necessidade de uma renda



de cidadania acompanhada de motivadores racionais para trabalho, empreendedorismo, além de qualificação, etc.

Os problemas que os moradores detectam no bairro e no local estão relacionados à insegurança, à violência, à saúde, à coleta de lixo e a falta de atuação da associação de bairros, agregadoras e ligadas às questões locais.

As assessorias ou ajuda demandada ficou de difícil ser evidenciada, pois muitas pessoas não entendiam o papel da universidade ali. Sabiam, no entanto, que aquele questionário de entrevistas sobre sua realidade poderia ajudar nas demandas, mas demorou para entenderem que a universidade não tem o mesmo papel que tem o poder público do Município, do Estado, a ACI e as Organizações de Bairro. Isso cria um relativo desânimo em alguns com necessidades básicas muito elevadas. No diálogo de diagnóstico apontaram algumas demandas que poderia ser objeto das ações do projeto:

Referente aos cursos de qualificação que os entrevistados gostariam de fazer, 54% referem o interesse em curso de corte e costura; 34% referem o curso de estética; 31,5% referem que teriam interesse de fazer curso de artesanato; 31,5% referem interesse em cursos de informática; 24% referem interesse em cursos de corte de cabelo e barba; 22,5% referem interesse em cursos de serviço gerais; 21% referem o curso de música; 12% referem interesse em curso de alfabetização; 7,5% referem interesse em cursos de enfermagem; 6% referem interesse em cursos de pedreiro; 4,5% referem interesse em cursos de cuidador (a) de idosos; 1,5% referem interesse em cursos de jardinagem; 1,5% referem cursos de fotografia e 7,5% referem não ter interesse em se qualificarem.... Referente a quais os tipos de atividades comunitária gostariam que tivesse no bairro, 55,5% referem que gostariam que tivesse palestras sobre saúde e educação; 52% referem que gostariam que tivesse clube de mães; 21% referem que gostariam que tivesse aula de capoeira; 9% artes marciais; 1,5% referem cursos sobre cuidados com a higiene pessoal; 1,5% curso de cuidador(a) de idosos; 1,5% artesanato e 4,5 referem que não tem interesse em atividades comunitárias (PROJETO GSC, 2022 e 2023).

Assim, percebe-se, que as necessidades locais são as mesmas que aparecem em comunidades carentes ou vulneráveis de todas as cidades brasileiras. Trabalho e Renda, Alimentação, Saúde, Educação e Segurança são demandas estruturais da sociedade e, por isso, fundantes dos princípios dos direitos fundamentais e dos direitos humanos. No interior destas demandas, ações simples podem ajudar a criar caminhos locais para a justiça social.

Investir nisso não é gasto, é sim responsabilidade social civilizatória dos poderes públicos, instituições e da sociedade civil. Este é o potencial da gestão social: fazer emergir a motivação racional para vivências e convivências solidárias, sustentáveis de uma sociedade desenvolvida.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os discursos de que é “preciso agir localmente” ainda é insipiente, fraco e não se efetiva na realidade de muitos locais, embora seja no município que se desenrola os cotidianos de vivências e convivências. Vemos muitos discursos de desenvolvimento nacional e regional, mas estes soam abstratos para a diversidade de realidades dos 5.562 municípios do país. Ainda falta, dentro destes, uma priorização de áreas estratégicas dentro dos planos de desenvolvimento.

Uma das razões destes hiatos é que na racionalidade destes planos faltam visões claras dos elementos democráticos e participativos nos processos decisórios, de como é possível ter acesso a recursos, como valorizar a qualidade da organização da população na participação, a inexistência de políticas de equilíbrio e reequilíbrio social, falta da cultura de gestão social e de gestão pública, etc, sendo essas, questões racionais que são fundamentais para a realização de experimentalismos democráticos. Para muitas mentalidades políticas, a mobilização de pessoas por recursos não é bem vista e diante disso, não apostam na capacidade de organização das comunidades e estas, inseridas nesta cultura, esperam soluções de outros e pouco participam.

Uma cultura de participação pode dar densidade aos planejamentos que considera os potenciais existentes nos diversos locais onde que se quer a verdadeira urbanização e não mero aglomerado de gente com vivências vulneráveis. Mais de 82% da população brasileira vive em cidades, indicando que ali se exige equilíbrio social e ambiental, planejamentos eficazes e duradouros.

Evidentemente que não iremos reverter o acelerado processo de urbanização, mas é possível criar potenciais de responsabilidade cidadã que mude o panorama de abandono de territórios. O Parque da Pedreira de Ijuí é um destes belos lugares estratégicos para alavancar uma política integrada de urbanização da cidade. Hoje não é o local mais carente e nem o bairro mais vulnerável da cidade, mas está em um local que recolhe visões e espalha ímpetos de organização equilibrada entre a qualidade de vida da população, a organização do território geográfico e a estética urbana e de turismo. Não basta apenas apoiadores, voluntários e alguns atores sociais se comprometerem. É preciso implementar a gestão social integrada a gestão pública para um efeito mais rápido e eficaz na acelerada modificação que vivem as cidades e, de forma especial, Ijuí.



Perseguindo alguns destes objetivos, o projeto Gestão Social e Cidadania se constitui em espaço educativo qualificador da cidadania e promotor de trabalho e renda que torna a população em ator social do desenvolvimento. Da população sem trabalho e renda nada vem. Esta visão era a *episteme* deste projeto, pois desde o início se tinha a perspectiva de que a relação universidade e sociedade poderia ser enraizada se houvesse a emergência de potenciais sustentáveis economicamente da população. Percebeu-se, no entanto, que mesmo para aparecer as iniciativas era necessário se ter políticas públicas adequadas às realidades sociais locais. O conhecimento científico, matéria prima da universidade, não encontrou esta ressonância, embora as ações e falas tenham sido feitas. O desenvolvimento local não depende somente de saberes sistematizados das universidades ou escolas.

No Parque da Pedreira estava instalado um Grupo Gestor da Estação Cidadania, Cultura e Esporte Parque da Pedreira. Ali várias demandas foram atendidas, desde oficinas, cursos e seminários de capacitação, planejamento, gestão e controle social participativo.

Foram assessorados vários interessados em promover atividade econômica: comercial, serviços, gestão e negócios empreendedores. Um foco especial destas assessorias se deu pela área de alimentação e gastronomia, horta comunitária, artes, biblioteca e gestão de resíduos. Uma atuação especial foi planejada na área de educação em saúde, que além de atendimento domiciliar de grupos especiais também se fez diagnósticos e a orientações.

Por outro lado, estas ações não ficaram separadas das atividades universitárias. Manteve-se a integração com o GPDeC e a Linha de Pesquisa Políticas Públicas, Planejamento Urbano e Gestão do Território do PPGDR e a interação com cursos e outros programas institucionais, aos poucos amplia a articulação com os coordenadores de programas e de projetos de ensino, pesquisa e extensão para a execução de ações da Unijuí no Parque da Pedreira.

No entorno do parque há uma comunidade que também foi envolvida nas ações promotoras do desenvolvimento e da qualidade de vida. Os resultados são sistematizados e publicados academicamente e as ações foram objeto dos meios de comunicação local e regional a fim de aumentar ainda mais os apoiadores e voluntários da cidade de Ijuí, de acadêmicos da Unijuí, autoridades e públicos interessados em turismo sustentável.

REFERÊNCIAS



ALLEBRANDT, S. L. **Cidadania e gestão do processo de desenvolvimento:** um estudo sobre a atuação dos conselhos regionais e municipais de desenvolvimento do Rio Grande do Sul, de 1990 a 2009. 2010. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional). Universidade de Santa Cruz do Sul, 2010.

ALLEBRANDT, S. L.; CANÇADO, A. C.; MUELLER, A. A. **Gestão e controle social:** uma relação entre sociedade e estado. In: CANÇADO, A. C.; TENÓRIO, F. G. (Orgs.). Controle social de territórios: teoria e prática. v. 4. Ijuí (RS): Ed. Unijuí, 2018.

CANÇADO, A. C. **Fundamentos teóricos da gestão social.** Tese (Doutorado em Administração). Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2011.

FRANTZ, W. **Organizações solidárias e cooperativismo:** espaços de educação e a bases da economia solidária. Ijuí: Unijuí, 2008.

HABERMAS, J. **A inclusão social:** estudos de teoria política. São Paulo: Loyola, 1995.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade.** Rio de Janeiro: Loyola, 2000.

SILVA, E. W. da. Extensão Universitária hoje: processo dialógico da ação integradora e emancipadora. In: BARCELOS, E., RASIA, P.; SILVA, E. W. da (Orgs.). **Economia solidária:** sistematizando experiências. Ijuí (RS): Ed. Unijuí, 2010.

SILVA, E.W e ZANINI, D. **Conhecimento e renda como direitos humanos.** Ijuí/RS: Unijuí, 2020.

SILVA, Enio. Waldir. **Políticas públicas ou partilha do poder.** In: LUCAS, D.; SILVA, E. W.; BEDIN, G. A. VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE CRISE. A proteção jurídica das minorias. Porto Alegre: EDITORA FI, 2019. v.1.

SOUSA Santos, Boaventura. **Por uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências.** In: Revista Brasileira de Ciências Sociais. N° 63, 2002.

TOURAINÉ, A. **Podemos viver juntos?** iguais e diferentes. Petrópolis/RJ: Vozes, 1998.

UNIJUI. **Projeto Gestão Social e Cidadania 2022/2023.** Disponível www.unijui.edu.br.